

Foi apresentado neste mês, pelo Ministério da Economia e Secretaria do Tesouro Nacional, o Projeto de Lei Orçamentária Anual para o ano de 2023. O documento, que estima as receitas e fixa as despesas para o exercício financeiro seguinte, prevê uma reserva de R\$ 14,2 bilhões para reajuste da remuneração dos servidores públicos, sendo R\$ 11,6 bilhões para o Poder Executivo e o restante para recomposição dos vencimentos dos servidores dos poderes legislativo e judiciário.

Apesar desses indicadores, o secretário de Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, Esteves Colnago, destacou de maneira enfática que o Projeto trata de uma reserva orçamentária, um planejamento, para que o próximo governo decida como realizar a distribuição desses valores.

“Isso que tem lá é uma reserva. Não há qualquer decisão do que vai ser feito. Essa é uma decisão do próximo presidente da República

Proposta orçamentária de 2023 destina R\$ 14,2 bilhões para reajuste de servidores

junto com o Congresso Nacional”, disse.

O secretário ponderou também que o valor de R\$ 11,6 bilhões contempla um reajuste linear na casa de 4,85% para os servidores do Poder Executivo. Porém, a depender do mês em que o reajuste for concedido em 2023, o percentual pode ser superior aos 5% planejados.

RETROSPECTO

Desde janeiro de 2022 diversas carreiras do funcionalismo público têm reivindicado reajustes que recomponham o poder de compra, especialmente diante das taxas de inflação atual e futura, e o congelamento dos salários desde 2019.

No caso dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários, o prazo é ainda maior. Há mais de cinco anos sem reposição das perdas inflacionárias, e sofrendo com o déficit de pessoal, tais fatores motivaram uma mobilização nacional que pediu pela reestruturação remuneratória da categoria, a única entre as carreiras de auditoria que não possui nivelamento de remuneração em relação às demais.

Durante o ano, o Sindicato trabalhou junto a diversos parlamentares e organizações que prestaram apoio à pauta da carreira sob a forma de envio de ofícios e interlocuções com autoridades.

Ao longo das negociações o executivo deu diversas indicações de que concederia reajustes a determinadas carreiras, entre elas a dos Auditores Agropecuários, mas retrocedeu devido a pressões das demais áreas que não seriam beneficiadas. Assim, nenhuma das carreiras que pleiteavam reajuste ou reestruturação foi atendida ainda no ano de 2022.

Janus Pablo, presidente do Anffa Sindical avaliou como insuficiente a proposta contida no PLOA 2023.



“O percentual de 5% não atende às reivindicações dos Auditores Fiscais Federais Agropecuários, se mostrando muito aquém da reposição que pleiteamos, em torno de 30%. Diante disso, trabalharemos dentro do Congresso Nacional com a proposição de emendas que busquem garantir nossa reestruturação, que é justa e merecida”, disse.

Você sabia?

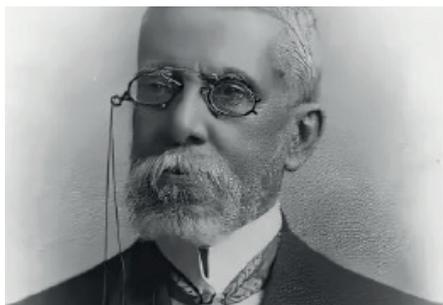
CONHEÇA OS BRASILEIROS FAMOSOS QUE FORAM SERVIDORES DO MAPA

A história conta que brasileiros de renome em suas respectivas áreas de atuação foram também servidores do Ministério da Agricultura.

Na exposição que fica disponível até 31/10, no anexo do Ministério da Agricultura, em Brasília, um pouco da história desses servidores ilustres pode ser conhecida por meio de documentos e imagens. Conheça aqui alguns dos principais nomes.

Joaquim Maria Machado de Assis (1839-1908)

Primeiro presidente da Academia Brasileira de Letras, fundada em 1897



e servidor da pasta correspondente ao Ministério da Agricultura entre as décadas de 1870 a 1900.

Acredita-se que a atuação de Machado de Assis no Ministério da Agricultura teria influenciado em suas atividades literárias. Em obras como “Memórias Póstumas de Brás Cubas” e no conto “Na arca: três capítulos inéditos do Gênesis”, o escritor explorou elementos da realidade agrária e questões fundiárias, além de inúmeras referências à escravidão. Não foi um revolucionário social, mas percebeu

as contradições de seu tempo e as registrou em sua obra.

Artur Azevedo (1855-1908)

O dramaturgo e irmão do escritor Aluísio Azevedo, foi contemporâneo de Machado de Assis e seu colega na Secretaria de Estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas, tendo sido, portanto, servidor do Ministério. Foi também um dos fundadores, junto com o irmão e o próprio Machado de Assis, da Academia Brasileira de Letras.



Chico Xavier (1910-2012)

Primeiro presidente da Academia Brasileira de Letras, fundada em 1897



Em 1935 foi admitido como trabalhador diarista na Inspetoria Regional da Divisão de Fomento da Produção Animal na Fazenda Modelo em Pedro Leopoldo, no Ministério da Agricultura. Em 1939 tornou-se auxiliar de 5ª classe e no ano seguinte foi nomeado praticante de escritório. Atuou nessa função até 1950 quando recebeu nova nomeação como escrevente datilógrafo. Sua última lotação foi em Uberaba, para onde foi transferido

em 1959, aposentando-se dois anos mais tarde por problemas de visão.

Recebeu títulos de Cidadão Honorário, diplomas e comendas. Também foi considerado o Mineiro do Século XX, em 2002, e O Maior Brasileiro de todos os tempos dez anos mais tarde.

Todas essas informações estão disponíveis na galeria de servidores ilustres, no túnel entre os anexos A e B do MAPA, idealizada por Dona Neuza, coordenadora da Binagri. Ela conta que, no ato da construção da galeria, colocara as personalidades lado a lado, mas então pensou: “É quanto a nós, os anônimos? Também somos servidores ilustres.” Então finalizou a área de grandes nomes da agricultura colocando um espelho na parede, para que cada servidor que por ali passar, se sinta homenageado tal qual Machado, Artur e Chico estão.

Saiba mais sobre o trabalho da Binagri no site do Anffa Sindical

CHICO XAVIER (1910-2002)



“Embora ninguém possa voltar atrás e fazer um novo começo, qualquer um pode começar agora e fazer um novo fim.”

Francisco Cândido Xavier é o pseudônimo literário. O nome civil é Francisco de Paula Cândido. Foi servidor do Ministério da Agricultura de 1935 a 1961 nas cidades mineiras de Pedro Leopoldo e Uberaba. Maior médium do Brasil, Chico Xavier, um homem chamado amor, levou uma vida humilde voltada para a religião e para a caridade.



Jurídico

SINDICATO PROMOVE LIVE SOBRE PRECATÓRIOS E ADESAO AO FUNPRESP, CONFIRA.

A Diretoria de Assuntos Jurídicos do Anffa Sindical, em parceria com os advogados do escritório Torreão Braz, Natália Bandeira, Ana Torreão e João Monteiro realizaram uma live, disponível no site do Sindicato, para compartilhamento de informações e procedimentos relativos à adesão ao funpresp, assim como esclarecimentos sobre dúvidas frequentes em relação a títulos precatórios.

A respeito do Fundo de Previdência Complementar do Servidor Público Federal, o assunto ainda é alvo de muitas dúvidas, uma vez que os servidores não sabem se, dadas as suas condições trabalhistas, a migração é vantajosa ou não.

No mesmo mês o Sindicato publicou também uma série especial de três matérias com reflexões acerca da proposta. Abordando os principais dilemas sobre a mudança, as novidades relevantes em relação a migrações anteriores e por fim os critérios que devem ser observados para a decisão de migrar ou não, a live foi realizada com uma forma de complementar as informações em texto e tirar dúvidas de filiados.

Em relação aos precatórios, a iniciativa do Sindicato se deu em razão do alto número de associados que têm questionado o departamento jurídico em relação ao tema, especialmente diante da possibilidade de parcelamento dos títulos proposta pela PEC Nº23/2021. Pelo texto, haveria o pagamento à vista de 15% da dívidas em valores superiores a R\$ 66 milhões, enquanto o valor remanescente seria quitado pela União em até nove parcelas anuais segundo a capacidade do orçamento da União a cada ano,

em ordem decrescente de valor, sob o parâmetro de 2,6% da receita corrente líquida acumulada nos doze meses anteriores à requisição.

Da maneira como está, a proposta fere o art. 100 da Constituição Federal, § 5º, que prevê a obrigatoriedade do pagamento, até o final do exercício financeiro seguinte, dos valores incluídos no orçamento dos entes públicos até 1º de julho do ano anterior.

Em retrospecto, o próprio Supremo Tribunal Federal, também já posicionou-se desfavoravelmente ao parcelamento dos precatórios em até 10 anos (ADI n. 2.356 MC) e à limitação dos valores orçamentários que deveriam ser disponibilizados para o pagamento de precatórios (ADI n. 4.425), quando da análise das Emendas Constitucionais n. 30/2000 e n. 62/2009.

A transmissão está disponível na página inicial do site do Sindicato, e também pode ser localizada pelo menu principal.

**DIA 14/09
ÀS 10H**

LIVE PRECATÓRIOS
E ADESAO AO
FUNPRESP

Tema:

Informações e procedimentos relativos à adesão ao Funpresp e esclarecimentos sobre dúvidas em relação a títulos precatórios

TORREÃO BRAZ



**NATÁLIA
BANDEIRA**



**JOÃO
MONTEIRO**



**ANA
TORREÃO**

ANFFA SINDICAL



**ROGÉRIO
SILVA**



**VIVYANNE
LIMA**



**GABRIELA
RIBEIRO**

YouTube **ANFFA Sindical**

Espaço do Aposentado e Pensionista



No dia 22 de setembro realizamos mais um encontro de aposentados e pensionistas. Desta vez, junto à delegacia sindical do Espírito Santo. Ao todo 25 participantes estiveram presentes e ficaram muito satisfeitos com o evento. Assim, queremos agradecer ao delegado da DS-ES, Marcelo Sobreira, ao diretor de aposentados Ruston Gouvêia, e principalmente, aos participantes que deram muita qualidade ao evento.

Agradecemos também aos colegas, Luiz Gonzaga e Sobreira, da DS-PE, e Serguei e Silvana, da DS-MG, pela perfeita organização dos eventos realizados naquelas delegacias.



Homenagem aos colegas que passaram dos 80 anos.

234 - Olívia Munhoz Lopes Pereira	244 - Arizamar Garcez Machado
235 - José Aurino de Azevedo Salvador	245 - Vital Vicente Mora
236 - Claudio Loewenstein	246 - Francisco Cavalcanti de Almeida
237 - Cyro Rocha da silva	247 - Haro Ferreira de oliveira
238 - Norma Sagredo Nóbrega	248 - Nerzon Nogueira de Barros
239 - mario Procopio de menezes	249 - Dijane nicacio de carvalho barreto
240 - Hilmar Ilton Santana Ferreira	250 - Gildro Lisboa
241 - Adhemar Belon Fernandes	251 - Antonio Rosa Ribeiro
242 - Takeshi morita	252 - Fabio Erthal
243 - Maria Lucia Albuquerque Lira	



Processão - GDAFA

Estivemos em contato recente com o escritório Mota Motta Advogados Associados, na pessoa da Dra. Kamilla e temos boas notícias, os embargos do governo vem sendo rejeitados, embora ainda não haja previsão de conclusão.